3.º Cinco praças de marinagem com o curso de telegrafista, das quais uma será cabo, para desempenhar as funções de fiel do posto, ficando responsável por todo o material rádio-telegráfico;

4.º Um primeiro fogueiro da armada, habilitado com instrução de motores de explosão, que será o ajudante do artifice torpedeiro electricista;

5.º As quatro praças de marinagem com o curso de telegrafista, de menor graduação, e ao primeiro fogueiro da armada, competir-lhes há ainda a limpeza de todo o edificio e dependências na sua parte interior.

Direcção Geral da Marinha, em 24 de Junho de 1915. — O Director Geral, *Julio Schultz Xavier*, contra-almirante.

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Secretaria Geral

Rectificação

No regulamento relativo a construção de edificios próprios para hotéis, aprovado pelo decreto n.º 1:652 e publicado na 1.ª série do *Diário do Governo* n.º 113, de 15 de Junho corrente, devem ser feitas as seguintes alterações:

No § 5.º do artigo 12.º onde se lê: «artigos 109.º e 111.º», deve ler-se: «artigos 109.º a 111.º»;

No § 1.º do artigo 20.º onde se lê: «como descaminho de direitos», deve ler-se: «como descaminhadora de direitos»;

No § 2.º do mesmo artigo onde se lê: «legislação primitiva», deve ler-se: «legislação privativa».

Secretaria Geral, em 23 de Junho de 1915. — O Secretário Geral, *M. Correia de Melo*.

MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Secretaria Geral

DECRETO N.º 1:678

Tendo a comissão encarregada da escolha do terreno necessário para a construção do novo edificio destinado às escolas normais de Lisboa reconhecido que a propriedade denominada Quinta das Cortes, pertencente a Narciso José do Sousa Amorim e situada na Rua do Arco do Cego, desta cidade, reúne todas as condições necessárias para que tal construção se possa efectuar;

Considerando a urgência que existe em que a construção do mesmo edificio se leve a efeito dentro do mais curto prazo possível;

Considerando que se torna indispensável o proceder à expropriação judicial dos terrenos, da mencionada propriedade, precisos para a aludida construção:

Hei por bem, sob proposta dos Ministros de Instrução Pública, do Fomento e das Finanças, declarar e decretar de utilidade pública e urgente a expropriação judicial dos 110:000 metros quadrados de terreno da mesma propriedade, abrangendo assim toda a parte rústica e urbana da aludida Quinta das Cortes, a fim de em tal terreno ser construído, nos termos do projecto já aprovado, o novo edificio das escolas normais de Lisboa, observando-se na organização do respectivo processo de expropriação todas as formalidades legais.

Os Ministros de Instrução Pública, do Fomento e das Finanças assim o tenham entendido e façam executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 24 de Junho de 1915.— *Joaquim Teófilo Braga* — *João Lopes da Silva Martins Júnior* — *Manuel Monteiro* — *Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães*.